

Por Antonio Penteadó Mendonça



Se a reforma da previdência passar o Brasil está salvo. Se a reforma da previdência não passar ninguém sabe a rapidez ou o tamanho do tombo, mas o país vai cair ladeira abaixo.

Neste momento, os gestores das empresas em geral devem estar estudando os mais variados cenários para terem à mão a ferramenta adequada, aconteça o que acontecer. O problema é que, no atual estágio, é muito difícil desenhar as situações possíveis, até porque faltam dados concretos para embasar qualquer análise mais criteriosa.

As coisas ainda não aconteceram. E, como o cenário é complexo e envolve outras variáveis que marcham em paralelo e que também não aconteceram, fica praticamente impossível, ainda que se tendo diferentes cenários possíveis, delimitar a extensão de cada um deles.

O país sabe que precisa aprovar a reforma da previdência. Ninguém, incluídos os políticos, tem dúvida da necessidade urgente desta reforma. Se ela não for aprovada o Brasil quebrará em poucos anos. O governo não conseguirá pagar suas contas e aí não haverá mágica que nos salve de uma crise inimaginável, mas com certeza a maior de nossa história.

O cenário atual é o cenário que o gestor de uma seguradora não gostaria de ver nem no pior pesadelo. Pela sua concepção, pelas bases da operação, pela necessidade de formular cálculos os mais exatos possíveis, as seguradoras gostam de cenários estáveis, com estatísticas confiáveis e planejamento levando em conta parâmetros previsíveis.

Não há nada melhor para o planejamento estratégico de uma seguradora do que a economia japonesa, sólida, lenta, com variações mínimas para um lado e para o outro. As estatísticas são confirmadas pela realidade, os avanços acontecem dentro de parâmetros razoáveis, os trancos não desequilibram as contas do governo, as reservas nacionais são suficientes para rapidamente reequilibrar o jogo, a população tem forte noção de poupança e proteção patrimonial, etc.

O problema é que boa parte dos países não se parece nem remotamente com o Japão. A afirmação vale para países em todos os estágios de desenvolvimento, de uma Grã-Bretanha, ameaçada pelo Brexit, ao Brasil, ameaçado pelas reformas não acontecerem ou ficarem abaixo do mínimo necessário.

O governo acaba de sinalizar positivamente, apresentando um plano em quatro estágios para destravar a economia. O presidente da Câmara dos Deputados tem sinalizado mais do que positivamente, hipotecando forte apoio e dando suporte às propostas do governo. O presidente do Senado ainda não mostrou a que veio, mas é da base e foi eleito por interferência do governo, então, não deve ser um obstáculo às ações que venham a ser desencadeadas.

Mas sobram duas grandes incertezas e elas são suficientes para assustar quem pretende viver dentro de regras estáveis, indispensáveis para a nação enfrentar seus graves problemas, começando pela geração de empregos, seguindo pela erradicação da miséria, para terminar na necessidade da modernização de toda a cadeia produtiva, hoje pouco competitiva e complexa demais se comparada às demais economias do mundo.

A primeira incerteza diz respeito as entranhas da Presidência da República. As informações contraditórias, as quedas de braço entre os mais próximos auxiliares do Presidente, as informações falsas e boatos de todas as ordens espalhados por gente de dentro de casa, as idas e vindas do Presidente, as disputas por cargos e poder não estão fazendo bem, nem levando a nação a lugar algum capaz de melhorar o quadro.

A segunda é o Judiciário. Não é possível planejar a longo prazo tendo um Judiciário que cria diariamente novas incertezas jurídicas, impedindo que as empresas se adequem às regras válidas para o funcionamento da sociedade.

Não é apenas o Supremo Tribunal Federal que age neste sentido. Todas as instâncias do Judiciário estão produzindo decisões que afetam diretamente os negócios, modificando regras estabelecidas, alterando o entendimento sobre matérias pacificadas, criando novos focos de conflito em cima de interpretações individuais de juízes que confundem a aplicação da lei com fazer justiça.

Diante deste cenário, nenhum gestor deve estar muito otimista, mas todos devem estar se lembrando do político que disse que cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém.

Fonte: SindsegSP, em 05.04.2019.